



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 26 de junho de 2013

I

Série

Número 83

Sumário

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS E DA CULTURA,
TURISMO E TRANSPORTES

Portaria n.º 45/2013

Autoriza a repartição dos encargos relativos ao Plano de Meios de Comunicação do Destino Madeira no Mercado Português, no montante total de €429 955,38.

SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E FINANÇAS E DOS ASSUNTOS
SOCIAIS

Portaria n.º 46/2013

Autoriza a repartição dos encargos orçamentais relativos à aquisição de serviços de aluguer operacional de veículos ligeiros para o Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, no valor global de €310.000,00, acrescido de IVA à taxa em vigor.

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Portaria n.º 47/2013

Listas de indicadores relativas aos Requisitos Legais de Gestão e Boas Condições Agrícolas e Ambientais para o ano de 2013.

**SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E
FINANÇAS E DA CULTURA, TURISMO E
TRANSPORTES**

Portaria n.º 45/2013

De 26 de junho

Considerando que os encargos com o Plano de Meios de Comunicação do Destino Madeira no Mercado Português estão programados para serem suportados durante os anos de 2013 e 2014;

Manda o Governo Regional da Madeira, pelos Secretários Regionais do Plano e Finanças e da Cultura, Turismo e Transportes, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aprovar o seguinte:

- 1.º Os encargos com o Plano de Meios de Comunicação do Destino Madeira no Mercado Português, no montante total de 429 955,38€, incluindo o IVA à taxa de 22%, ficam assim repartidos pelos anos económicos de:

- 2013	343 964,30 €;
- 2014	85 991,08 €.

- 2.º Relativamente ao ano de 2013, a despesa tem cabimento no Ministério 46, Secretaria 09, Capítulo 50, Divisão 01, Subdivisão 02, Funcional 3044, Classificação Económica 02.02.17, Projeto 50113, Fonte de Financiamento 115, Programa 52, Medida 37, do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o corrente ano.

- 3.º É revogada a Portaria n.º 135/2012, JORAM, I S, 29 de outubro de 2012.

- 4.º A presente Portaria entra imediatamente em vigor.

Assinada em 15 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

A SECRETÁRIA REGIONAL DA CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES, Conceição Almeida Estudante

**SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANO E
FINANÇAS E DOS ASSUNTOS SOCIAIS**

Portaria n.º 46/2013

De 26 de junho

Dando cumprimento ao artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por referência à alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, manda o Governo Regional, através dos Secretários Regionais do Plano e Finanças e dos Assuntos Sociais, o seguinte:

1. Os encargos orçamentais relativos à aquisição de serviços de aluguer operacional de veículos ligeiros para o Instituto de Segurança Social da

Madeira, IP-RAM, no valor global de 310.000,00€, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontram-se escalonados na forma abaixo indicada:

- Ano Económico de 2013	11.670,09€;
- Ano Económico de 2014	77.446,95€;
- Ano Económico de 2015	77.446,95€;
- Ano Económico de 2016	77.659,14€;
- Ano Económico de 2017	65.776,87€.

2. A despesa emergente do contrato a celebrar relativa ao corrente ano económico tem cabimento nos fundos DA311001 e DA113004, económica D.02.02.25, do Orçamento do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, e nos anos seguintes por verbas adequadas a inscrever no orçamento do mesmo organismo.
3. A importância fixada para cada ano económico poderá ser acrescida do saldo apurado no ano anterior.
4. Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Plano e Finanças e dos Assuntos Sociais, 2 de maio de 2013.

O SECRETÁRIO REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS, José Manuel Ventura Garcês

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS, Francisco Jardim Ramos

**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E
RECURSOS NATURAIS**

Portaria n.º 47/2013

De 26 de junho

Considerando o Regulamento (CE) n.º 73/2009, do Conselho, de 19 de janeiro, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio direto aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores;

Considerando que o Regulamento (CE) (CE) n.º 1122/2009, da Comissão, de 30 de novembro estabeleceu as normas de execução relativas à condicionalidade, modulação e sistema integrado de gestão e controlo;

Considerando que às medidas «superfície» e «animais» no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) se aplica o estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1122/2009, da Comissão, de 30 de novembro, por força do Regulamento n.º 1975/2006, da Comissão, de 7 de dezembro;

Considerando que de acordo com os artigos 11.º e 98.º do Regulamento (CE) n.º 479/2008, de 29 de abril, as normas relativas à condicionalidade também se aplicam aos beneficiários dos pagamentos efetuados a título dos programas de apoio para a reestruturação e reconversão da vinha e do prémio ao arranque da vinha;

Considerando a Portaria n.º 36/2005, de 17 de janeiro, do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas e do Ambiente e do Ordenamento do Território estabeleceu as regras nacionais de implementação do sistema de controlo da condicionalidade prevista no artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009, do Conselho, de 19 de janeiro, e no Regulamento (CE) n.º 1122/2009, da Comissão, de 30 de novembro;

Considerando que a referida Portaria, no n.º 2 do seu Artigo 13.º, dispõe que compete às Regiões Autónomas proceder à adaptação e aprovação dos respetivos indicadores de controlo;

Considerando ainda o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Despacho Normativo n.º 7/2005 do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas;

Manda o Governo da Região Autónoma da Madeira, pelo Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, ao abrigo do disposto nas alíneas b) e d) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, com a redação e numeração introduzidas pela Lei n.º 130/99, de 21 de agosto, e pela Lei n.º 12/2000, de 21 de junho, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 13.º da Portaria n.º 36/2005, de 17 de janeiro, são publicadas, em anexo à presente Portaria e que dela fazem parte integrante, as listas de indicadores relativas aos Requisitos Legais de Gestão para o ano de 2013 (Anexo I) e Boas Condições Agrícolas e Ambientais (Anexo II), aplicáveis para efeitos de candidaturas ao regime de pagamentos diretos, pagamentos previstos nas subalíneas i) a v) da alínea a) e nas subalíneas i), iv) e v) da alínea b) do artigo 36.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro e pagamentos efetuados a título dos programas de apoio para a reestruturação e reconversão da vinha e do prémio ao arranque da vinha de acordo com os artigos 11.º e 98.º, respetivamente, do Regulamento (CE) n.º 479/2008, de 29 de abril.

Artigo 2.º Definições

Para efeitos de aplicação do disposto no presente diploma entende-se por:

a) “Ocupações culturais” - as seguintes ocupações:

1) “Superfície agrícola”

1.1) “Culturas temporárias” - as culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano e as que ocupam as terras num período inferior a cinco anos. Inclui:

1.1.1) “Culturas arvenses” - as culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano, geralmente integradas num sistema de rotação de culturas, incluindo as culturas de cereais para produção de grão, as oleaginosas, as proteaginosas e outras culturas arvenses.

1.1.2) “Culturas hortícolas ao ar livre” - as culturas hortícolas cultivadas ao ar livre, quer se destinem à indústria quer ao consumo em

fresco bem como as culturas hortícolas destinadas ao autoconsumo, incluindo a batata.

1.1.3) “Floricultura ao ar livre” - incluem-se as áreas destinadas à produção ao ar livre, de flores e folhagens para corte, plantas em vasos ou sacos e vários tipos de transplante.

1.1.4) “Culturas forrageiras” - incluem-se prados temporários semeados e espontâneos, para corte e ou pastoreio e por um período inferior a cinco anos, bem como outras culturas forrageiras.

1.1.5) “Outras culturas temporárias” - incluem-se as culturas que não se inserem nos níveis anteriormente definidos.

1.1.6) “Pousio” - a superfície que esteve destinada à produção vegetal, não produziu qualquer colheita durante o ano agrícola, e que no ano em curso é mantida em boas condições agrícolas e ambientais, incluindo todas as superfícies em pousio inseridas ou não numa rotação.

1.2) “Culturas permanentes” - as culturas não integradas em rotação, com exclusão das pastagens permanentes, que ocupam as terras por cinco ou mais anos e dão origem a várias colheitas e que apresentam um determinada densidade de plantação. Inclui:

1.2.1) “Culturas frutícolas” - conjuntos de árvores destinados à produção de frutos, incluindo o castanheiro e o pinheiro manso.

1.2.2) “Vinha” - superfície plantada com vinha em cultura estreme ou consociada em que a vinha é predominante, igual ou superior a 60% da superfície da parcela.

1.2.3) “Outras culturas permanentes” - a superfície ocupada com várias espécies de culturas permanentes não se verificando a dominância de qualquer espécie, bem como outras culturas permanentes estremes, nomeadamente a cultura da cana-de-açúcar.

1.3) “Pastagem permanente” - as terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas, quer semeadas quer espontâneas, por um período igual ou superior a cinco anos e que não estejam incluídas no sistema de rotação da exploração, conforme previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1122/2009, inclui:

1.3.1) “Pastagem permanente natural” - as terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas, espontâneas, por um período

- igual ou superior a cinco anos e que não estejam incluídas no sistema de rotação da exploração, conforme previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1122/2009, incluindo a pastagem permanente natural melhorada;
- 1.3.2) “Pastagem permanente semeada” - as terras ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas, semeadas, por um período igual ou superior a cinco anos e que não estejam incluídas no sistema de rotação da exploração, conforme previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1122/2009;
- 1.4) “Outras superfícies agrícolas”
- 1.4.1) “Culturas protegidas” - a superfície ocupada com culturas semeadas ou plantadas dentro de estufins e ou estufas ou sujeitas a qualquer tipo de forçagem.
- 1.4.3) “Outras superfícies agrícolas” - incluem-se as superfícies que não estão contempladas nos vários níveis da superfície agrícola.
- 2) “Superfície agroflorestal”
- 2.1) “Culturas sob coberto de espaço florestal arborizado” - as superfícies agrícolas ocupadas com árvores, naturais ou plantadas, independentemente de se tratarem de superfícies com uma só espécie ou mistos e em que o sob coberto apresenta condições para a produção vegetal, nomeadamente pastagem permanente.
- 2.2) “Espaço agroflorestal não arborizado com aproveitamento forrageiro” - as superfícies ocupadas maioritariamente por formações lenhosas espontâneas de altura superior a 50 cm, que apresentam condições para alimentação animal através de pastoreio e que estando dispersas, ocupam mais de 50% da superfície da parcela ou, se concentradas, ocupam manchas de área superior a 100 m².
- 3) “Superfície florestal”
- 3.1) “Espaço florestal arborizado” - as superfícies ocupadas com árvores florestais naturais ou plantadas, independentemente de se tratarem de superfícies com povoamentos de uma só espécie ou mistos, incluindo também as áreas ardidas ou áreas de corte raso.
- 3.2) “Espaço florestal não arborizado sem aproveitamento forrageiro” - as superfícies ocupadas maioritariamente por formações lenhosas espontâneas de altura superior a 50 cm, que não apresentam condições para qualquer uso agrícola, incluindo a alimentação animal e que, estando dispersas, ocupam mais de 50% da superfície da parcela ou, se concentradas, ocupam manchas de área superior a 100 m².
- 3.3) “Outras superfícies florestais”
- 3.3.1) “Aceiro florestal” - superfície de terreno mobilizado ou com vegetação controlada por corte mecânico com a finalidade de prevenção de incêndios.
- 3.3.2) “Zonas de proteção/conservação” - incluem-se as galerias ripícolas, os bosquetes e formações reliquiais ou notáveis e os corredores ecológicos.
- 3.3.3) “Outras superfícies florestais” - incluem-se os viveiros florestais.
- 4) “Outras superfícies”
- 4.1) “Superfícies com infraestruturas”
- 4.1.1) “Superfícies sociais” - as superfícies que se encontram edificadas nomeadamente, superfícies com construções e instalações agropecuárias, agrícolas, edificações industriais, estruturas de tratamento de águas residuais e edificações sociais não agrícolas.
- 4.1.2) “Vias de comunicação” - as superfícies ocupadas com estradas e caminhos rurais/agrícolas
- 4.2) “Massas de água” - zonas afetadas a planos de água naturais e artificiais, incluindo albufeiras, lagoas e canais ou condutas de rega e as linhas de água.
- 4.3) “Improdutivo” - o terreno estéril do ponto de vista da existência das comunidades vegetais ou com capacidade de crescimento extremamente limitada, quer em resultado de limitações naturais, quer em resultado de ações antropogénicas como as pedreiras, saibreiras, afloramentos rochosos, dunas e extrações de inertes.
- 4.4) “Outras superfícies” - incluem-se as superfícies que não estão contempladas nos níveis anteriores, nomeadamente as culturas permanentes ou as culturas protegidas que não apresentam condições para a colheita e em que a superfície se encontra ocupada maioritariamente por formações lenhosas espontâneas (mais de 50% da superfície da parcela) com altura superior a 50 cm.
- b) “Socalco” - plataforma suportada por um muro de pedra solta ou pedra aparelhada;
- c) “Terraço” - plataforma suportada por um talude;
- d) “Talude” - volume de terra de alta inclinação ligando dois locais de cotas diferentes coberto por vegetação natural ou instalada, que atua como muro de suporte, impedindo o desmoronamento do solo;
- e) “Galeria ripícola” - formação linear de espécies lenhosas arbóreas e arbustivas associadas às margens de um curso de água, constituindo um corredor de copas mais ou menos fechado sobre o curso de água;

- f) “Bosquete” - formação vegetal com área igual ou inferior a 0,5 ha, dominada por espécies arbóreas espontâneas, inserida noutra superfície com uma ocupação do solo de natureza diversa;
- g) “Árvores de interesse público” - árvores isoladas ou agrupadas classificadas ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 28468, de 15 de fevereiro de 1938;
- h) “Levadas” - estruturas permanentes da rede de rega que asseguram o transporte e a distribuição da água até a parcela a regar;
- i) “Massa de águas superficiais” - uma massa distinta e significativa de águas superficiais, designadamente uma albufeira, um ribeiro, rio ou canal, um troço de ribeiro, rio ou canal, águas de transição ou uma faixa de águas costeiras;
- j) “Erva ou outras forrageiras herbáceas” - todas as plantas herbáceas tradicionalmente presentes nas pastagens naturais ou normalmente incluídas nas misturas de sementes para pastagens ou prados, bem como variedades para fins forrageiros de centeio, cevada, aveia, triticales, trigo, favas e tremoços;
- l) “Parcelas isentas de reposição” - as pastagens permanentes criadas no âmbito de compromissos agroambientais, bem como as parcelas com pastagens permanentes em 2003 que sejam objeto de florestação nas condições previstas no 3.º parágrafo do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento n.º 73/2009, do Conselho, de 19 de janeiro;
- m) “Referência nacional de pastagens permanentes” - quociente entre a superfície total de pastagens permanentes do ano de 2003, nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 796/2004, e a superfície agrícola total declarada em 2005;
- n) “Relação anual de pastagens permanentes” - quociente entre a superfície total de pastagens permanentes do ano em causa e a superfície agrícola total declarada nesse mesmo ano;
- o) “Parcelas contíguas” - as parcelas ou partes de parcelas confinantes ou que se encontram separadas por caminhos ou estradas com largura inferior ou igual a 2 m ou linhas de água;
- p) “Índice de qualificação fisiográfica da parcela” (IQFP) - índice atribuído no âmbito do Sistema de Identificação de Parcelas (SIP) que expressa a fisiografia da parcela, tendo em consideração os declives médios e máximos;
- q) “Pagamento direto” - um pagamento concedido diretamente aos agricultores a título de um dos regimes de apoio ao rendimento constante do anexo I do Regulamento (CE) n.º 73/2009, do Conselho, de 19 de janeiro;

Artigo 3.º
Entrada em vigor

- 1 - A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
- 2 - Os anexos à presente portaria, da qual fazem parte integrante, são aplicáveis aos pedidos de ajuda e apoio apresentados a partir de 1 de janeiro de 2013.

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, aos 24 de junho de 2013.

O SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS, Manuel António Rodrigues Correia

ANEXO I
(a que se refere o artigo 1.º)

I - Lista de indicadores relativa aos requisitos legais de gestão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2013

A - Domínio Ambiente

Ato n.º 1 Diretiva n.º 79/409/CEE, de 2 de abril, relativa à conservação das aves selvagens e Diretiva n.º 92/43/CEE, de 31 de maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro).

Indicadores a aplicar na parcela agrícola e relacionados com a atividade agrícola

- 1) Novas construções e Infraestruturas ⁽¹⁾:
 - 1.1) Construção (inclui pré-fabricados);
 - 1.2) Ampliação de construções;
 - 1.3) Instalação de estufas/estufins;
 - 1.4) Aberturas e alargamento de caminhos e aceiros;
 - 1.5) Instalação de infraestruturas de eletricidade e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis ou similares.
- 2) Alteração do uso do solo ⁽²⁾:
 - 2.1) Alteração do tipo de uso agroflorestal (culturas anuais, culturas permanentes, prados e pastagens e floresta) ou outros usos.
- 3) Alteração da morfologia do solo ⁽³⁾:
 - 3.1) Alteração da topografia do terreno (aterros, taludes, perfurações, escavações ou terraplanagens);
 - 3.2) Destruição de sebes, muros e galerias ripícolas;
 - 3.3) Extração de inertes;
 - 3.4) Alteração da rede de drenagem natural.
- 4) Resíduos:
 - 4.1) Deposição de sucatas, ferro-velho, inertes e entulhos ⁽⁴⁾.
 - 4.2) Recolha e concentração de resíduos de origem agrícola ⁽⁵⁾.

Notas:

⁽¹⁾ Listagem para efeitos da condicionalidade, dos atos e atividades sujeitos a parecer obrigatório por parte da entidade regional competente de acordo com a legislação em vigor:

- a) A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com exceção das obras de reconstrução, demolição, conservação de edifícios e ampliação, desde que esta não envolva aumento de área de implantação superior a 50% da área inicial e a área total de ampliação seja inferior a 100 m²;
- b) A abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das existentes;
- c) Instalação de infraestruturas de eletricidade e telefônicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de transporte de gás natural ou de outros combustíveis, de saneamento básico e de aproveitamento de energias renováveis ou similares, fora dos perímetros urbanos.

Caso as parcelas agrícolas se encontrem também inseridas em Áreas Protegidas, prevalecem, para este requisito, as regras previstas nos respetivos diplomas de criação ou classificação como Áreas Protegidas e respetivos regulamentos dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas.

Este requisito aplica-se às explorações que se situam dentro da Rede Natura 2000.

- ⁽²⁾ Listagem para efeitos da condicionalidade, dos atos e atividades sujeitos a parecer por parte da entidade regional competente de acordo com a legislação em vigor:

- a) A alteração do uso atual do solo que abranja áreas contínuas superiores a 1 ha;
- b) As modificações de coberto vegetal resultantes da alteração entre tipos de uso agrícola e florestal, em áreas contínuas superiores a 1 ha, considerando-se continuidade as ocupações similares que distem entre si menos de 500 m;
- c) A alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas.

Caso as parcelas agrícolas se encontrem também inseridas em Áreas Protegidas, prevalecem, para este requisito, as regras previstas nos respetivos diplomas de criação ou classificação como Áreas Protegidas e respetivos regulamentos dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas.

Este requisito aplica-se às explorações que se situam dentro da Rede Natura 2000.

- ⁽³⁾ Listagem para efeitos da condicionalidade, dos atos e atividades sujeitos a parecer obrigatório por parte da entidade regional competente de acordo com a legislação em vigor:

- a) As alterações à morfologia do solo, com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;
- b) As alterações à configuração e topografia dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas.

Caso as parcelas agrícolas se encontrem também inseridas em Áreas Protegidas, prevalecem, para este requisito, as regras previstas nos respetivos diplomas de criação ou classificação como Áreas Protegidas e respetivos regulamentos dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas.

Este requisito aplica-se às explorações que se situam dentro da Rede Natura 2000.

- ⁽⁴⁾ Este requisito aplica-se às explorações que se situam dentro da Rede Natura 2000.

- ⁽⁵⁾ É obrigatório fazer a recolha e concentração dos materiais plásticos, relativos ao processo produtivo agrícola e pneus.

Este requisito aplica-se às explorações que se situam dentro e fora da Rede Natura 2000.

Ato n.º 2 Diretiva n.º 80/68/CEE, de 17 de dezembro, relativa à proteção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas (Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto).

- 1) Resíduos de produtos fitofarmacêuticos, óleos e lubrificantes:

1.1) Recolha e concentração ⁽¹⁾ dos resíduos de embalagens ⁽²⁾ e de excedentes ⁽³⁾ de produtos fitofarmacêuticos;

1.2) Recolha e concentração dos óleos e lubrificantes utilizados nas atividades agrícolas ⁽⁴⁾.

- 2) Armazenamento de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos e óleos e lubrificantes

2.1) Armazenamento de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos ⁽⁵⁾

2.2) Armazenamento de óleos e lubrificantes utilizados nas atividades agrícolas ⁽⁶⁾.

Notas:

- ⁽¹⁾ É obrigatório fazer a recolha e concentração dos resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos, que devem ser mantidos na sua embalagem de origem. Estes resíduos devem ser guardados na exploração agrícola, nos espaços destinados ao armazenamento dos produtos fitofarmacêuticos e posteriormente, deve proceder-se à sua entrega nos estabelecimentos de venda ou outros locais que venham a ser definidos para o efeito.

- ⁽²⁾ “Resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos” - as embalagens vazias de produtos fitofarmacêuticos.

- ⁽³⁾ “Resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos” - os produtos fitofarmacêuticos inutilizáveis contidos em embalagens já abertas que existam armazenadas no utilizador final, bem como os produtos fitofarmacêuticos cuja autorização de venda e prazo para esgotamento de existências já tenha expirado.

- ⁽⁴⁾ É obrigatório fazer a recolha e concentração dos óleos e lubrificantes utilizados nas atividades agrícolas.

- ⁽⁵⁾ Os fertilizantes e os produtos fitofarmacêuticos devem estar armazenados em local resguardado, seco, ventilado, sem exposição direta ao sol, de

piso impermeabilizado, e a mais de 10 metros de cursos de água, valas, poços, furos ou nascentes, exceto no caso de depósitos de fertirrega que tenham um sistema de proteção contra fugas.

- ⁽⁶⁾ Os óleos e lubrificantes utilizados nas atividades agrícolas devem estar armazenados de forma a não se verificarem derrames.

Ato n.º 3 Diretiva n.º 86/278/CEE, de 12 de junho, relativa à proteção do ambiente, e em especial dos solos, na utilização agrícola de lamas de depuração (Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro).

- 1) Plano de Gestão de Lamas e Planeamento das Operações:
 - 1.1) Existência de cópia da aprovação do Plano de Gestão de Lamas ⁽¹⁾ (PGL);
 - 1.2) Existência de cópia da Declaração de Planeamento das Operações (DPO).
- 2) Controlo da utilização das lamas:
 - 2.1) Respeita a ocupação cultural das parcelas e período de distribuição das lamas ⁽²⁾.

Notas:

⁽¹⁾ No PGL deve constar a seguinte informação:

- Elementos de identificação, designadamente nome, n.º de identificação fiscal e domicílio ou sede social do requerente e do técnico responsável;
- As quantidades de lamas a aplicar, assim como a respetiva classificação de acordo com a Lista Europeia de Resíduos, aprovada pela Portaria n.º 209/2004, de 3 de março;
- O conjunto de análises realizadas às lamas previsto no Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro, aos solos e, quando necessárias, análises foliares e, ou, à água de rega;
- Cópia das notificações referidas nos n.ºs 6 e 7 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de outubro.

⁽²⁾ É proibido aplicar lamas em:

- Prados ou culturas forrageiras, dentro das 3 semanas imediatamente anteriores à apascentação do gado ou à colheita de culturas forrageiras;
- Culturas hortícolas e hortofrutícolas durante o período vegetativo;
- Solos destinados a culturas hortícolas e hortofrutícolas que estejam normalmente em contacto direto com o solo e sejam normalmente consumidas em cru, durante um período de 10 meses antes da colheita e durante a colheita;
- Solos destinados ao modo de produção biológica.

Ato n.º 4 Diretiva n.º 91/676/CEE, de 12 de dezembro, relativa à proteção das águas causada por nitratos de origem agrícola (Decreto-Lei n.º 235/97 de 3 de setembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/99 de 11 de março)

- 1) Controlo das parcelas adjacentes às captações de água quando não se destina a consumo humano:

- 1.1) Armazenamento temporário de estrumes e chorumes a mais de 15m contados da linha limite do leito dos cursos de água;
- 1.2) Armazenamento temporário de estrumes e chorumes a mais de 25m contados de uma fonte, poço ou captação de água subterrânea;

- 2) Controlo das infraestruturas de armazenamento de efluentes pecuários:

- 2.1) Existência de infraestrutura de armazenamento de efluentes pecuários, caso a exploração detenha atividade pecuária;
- 2.2) As infraestruturas destinadas ao armazenamento de efluentes pecuários encontram-se impermeabilizadas.

- 3) Controlo ao nível da parcela:

- 3.1) Boletins de análise (designadamente análise aos efluentes orgânicos ^(*), solo ^(*), água ^(*) e foliar ^(*)) e respetivos pareceres técnicos;

Notas:

^(*) Se aplicável, consoante o plano de ação e orientação agronómica.

B - Domínio saúde pública, saúde animal e fitossanidade

Ato n.º 5 Identificação e registo de animais

Área n.º 1 Identificação e registo de ovinos e caprinos (Regulamento (CE) n.º 21/2004, do Conselho, de 17 de dezembro e Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho)

- 1) Mapa de registo de existências e deslocções de ovinos e caprinos (RED-OC):

- 1.1) Existência de RED-OC;
- 1.2) O RED-OC encontra-se corretamente preenchido.

- 2) Base de dados:

- 2.1) Detentor e exploração registados na base de dados SNIRA.

- 3) Identificação de ovinos e caprinos:

- 3.1) Os ovinos e caprinos presentes na exploração apresentam-se devidamente identificados conforme o previsto no Regulamento (CE) n.º 21/2004.

Área n.º 2 Identificação e registo de suínos (Diretiva n.º 2008/71/CE, de 15 de julho e Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho)

1) Mapa de registo de existências e deslocações de suínos (RED-SN):

1.1) Existência de RED-SN;

1.2) O RED-SN encontra-se corretamente preenchido.

2) Base de dados:

2.1) Detentor e exploração registados na base de dados SNIRA.

3) Marcação de suínos:

3.1) Tem processo de infração por irregularidades na marcação dos suínos antes destes abandonarem a exploração de nascimento e ou origem.

Área n.º 3 Identificação e registo de bovinos (Regulamento (CE) n.º 1760/2000, de 17 de julho, e Regulamento (CE) n.º 911/2004, de 29 de abril e Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho)

1) Mapa de registo de existências e deslocações de bovinos (RED-BV):

1.1) Existência de RED-BV;

1.2) O RED-BV encontra-se corretamente preenchido.

2) Base de dados:

2.1) Detentor e exploração registados na base de dados SNIRA;

2.2) Comunicação à base de dados efetuada dentro do prazo.

3) Identificação dos bovinos:

3.1) Os bovinos presentes na exploração apresentam-se devidamente identificados.

4) Passaporte:

4.1) Os passaportes dos bovinos presentes na exploração encontram-se devidamente averbados.

Ato n.º 6 Diretiva n.º 91/414/CEE, de 15 de julho, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado (Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de abril e Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro)

1) Controlo de produtos fitofarmacêuticos usados na exploração agrícola:

1.1) Uso de produtos fitofarmacêuticos homologados no território nacional.

1.2) O uso de produtos fitofarmacêuticos é efetuado de acordo com as condições previstas para a sua utilização.

Ato n.º 7 Diretiva n.º 96/22/CE, de 29 de abril, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal (Decreto-Lei n.º 185/2005, de 4 de novembro)

1) Tem processo de infração por deteção de resíduos de substâncias proibidas nos animais vivos ou nos géneros alimentícios de origem animal no âmbito do Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos.

2) Existência na exploração de medicamentos veterinários ou outros produtos de uso veterinário com substâncias beta-agonistas ⁽¹⁾ ou de substâncias proibidas constantes no Decreto-Lei n.º 185/2005 e suas alterações ⁽²⁾.

Notas:

⁽¹⁾ Excetua-se, para fins terapêuticos, a presença de Alilotrembolona a administrar por via oral, ou substâncias beta-agonistas a equídeos, desde que sejam utilizados de acordo com as especificações do fabricante e sob a responsabilidade direta do médico veterinário. O tratamento deve ser registado pelo médico veterinário responsável.

⁽²⁾ Excetua-se, para fins de tratamento zootécnico, medicamentos veterinários com efeitos androgénicos ou gestagénicos para permitir sincronização do ciclo éstrico e a preparação das dadoras e das recetoras para a implantação de embriões efetuadas por médico veterinário ou sob a sua responsabilidade direta. O tratamento deve ser registado pelo médico veterinário responsável.

Ato n.º 8 Regulamento (CE) n.º 999/2001, de 22 de maio, que estabelece regras para a prevenção, controlo e erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis.

1) Cumprimento das regras relativas à proibição de utilização de proteínas animais transformadas na alimentação de animais de exploração (*Feed-ban*)

1.1) Existência, durante o presente ano, de processo de infração levantado pelos serviços oficiais no âmbito do Controlo Oficial de Alimentação Animal, no que respeita às proibições relativas à alimentação de animais de exploração com Proteínas Animais Transformadas;

1.2) Cumprimento de boas práticas de armazenagem/acondicionamento de alimentos destinados a ruminantes e a não ruminantes, de forma a evitar riscos de alimentação cruzada;

- 1.3) Cumprimento de boas práticas de distribuição dos alimentos destinados a ruminantes e a não ruminantes, de forma a evitar riscos de alimentação cruzada.
- 2) Movimentações dos animais durante o período de sequestro/vigilância:
 - 2.1) Existência de casos de animais que deixaram a exploração sem autorização dos serviços oficiais.
- 3) Recolha de cadáveres de ruminantes:
 - 3.1) Existência de mortes de animais que não foram comunicadas ao SIRCA;
 - 3.2) Existência de casos de animais comunicados, mas não recolhidos por motivos imputáveis ao beneficiário.
- 4) Exportações e trocas intracomunitárias (saídas de animais, sémen, óvulos e embriões):
 - 4.1) O movimento dos animais, sémen, óvulos e embriões foi realizado acompanhado de certificado sanitário (n.º e data de emissão do certificado que suportou o movimento dos animais, sémen, óvulos e embriões).
- 5) Importações e trocas intracomunitárias (entradas de animais, sémen, óvulos e embriões):
 - 5.1) Trocas intracomunitárias - O movimento dos animais, sémen, óvulos e embriões foi realizado acompanhado de certificado sanitário (n.º e data de emissão do certificado que suportou o movimento dos animais, sémen, óvulos e embriões);.
 - 5.2) Importações - O movimento dos animais, sémen, óvulos e embriões foi realizado acompanhado do Documento Veterinário Comum de Entrada (DVCE animais, sémen, óvulos e embriões) emitido pelo Posto de Inspeção Fronteiriça (PIF) de entrada, até ao local de destino referido nesse documento (n.º do DVCE e data de emissão).

Ato n.º 9 Diretiva n.º 2003/85/CE, de 18 de novembro, que estabelece medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa (Decreto-Lei n.º 108/2005, de 5 de julho)

- 1) Comprovativo em como declarou à autoridade competente a suspeita da doença⁽¹⁾.

Notas:

⁽¹⁾ O controlo do requisito será executado apenas no caso em que é reconhecido pela autoridade competente a existência de um surto da doença.

Ato n.º 10 Diretiva n.º 92/119/CEE, de 17 de dezembro, que estabelece medidas gerais de luta contra certas doenças animais, bem como medidas específicas respeitantes à doença vesiculosa do suíno (Decreto-Lei n.º 131/2008, de 21 de julho)

- 1) Comprovativo em como declarou à autoridade competente a suspeita da doença⁽¹⁾.

Notas:

⁽¹⁾ O controlo do requisito será executado apenas no caso em que é reconhecido pela autoridade competente a existência de um surto da doença.

Ato n.º 11 Diretiva n.º 2000/75/CE, de 20 de novembro, que aprova disposições específicas relativas às medidas de luta e erradicação da febre catarral ovina ou língua azul (Decreto-Lei n.º 146/2002, 21 de maio)

- 1) Comprovativo em como declarou à autoridade competente a suspeita da doença⁽¹⁾.

Notas:

⁽¹⁾ O controlo do requisito será executado apenas no caso em que é reconhecido pela autoridade competente a existência de um surto da doença.

Ato n.º 12 Regulamento (CE) n.º 178/2002, de 28 de janeiro, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios.

Área n.º 1 - Requisitos relativos à produção vegetal

- 1) Registos:

1.1) Existência de registo⁽¹⁾ atualizado de tipo documental, manual ou informático, que permita a identificação do cliente a quem foi fornecido determinado produto⁽²⁾, no ano a que diz respeito.

Estão excecionados deste registo os produtos que são transacionados diretamente ao consumidor final.

1.2) Existência de registo⁽³⁾ atualizado relativo à utilização de sementes geneticamente modificadas, no ano a que diz respeito;

1.3) Existência de registo⁽⁴⁾ atualizado de tipo documental, manual ou informático de utilização dos produtos fitofarmacêuticos corretamente preenchido, no ano a que diz respeito.

- 2) Armazenamento:

2.1) Os resíduos e as substâncias perigosas devem ser armazenados separadamente de forma a prevenir qualquer contaminação dos produtos vegetais.

3) Processo de infração:

3.1) Tem processo de infração relativamente à não comunicação à autoridade competente da existência de género alimentício de origem vegetal que não esteja em conformidade com os requisitos de segurança alimentar.

3.2) Tem processo de infração por ultrapassagem dos limites máximos de resíduos de pesticidas em géneros alimentícios de origem vegetal no âmbito do Plano de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal.

ser armazenados separadamente, de forma a prevenir qualquer contaminação dos alimentos para animais, dos produtos vegetais e dos produtos animais.

2.2) Os alimentos medicamentosos devem estar armazenados, devidamente identificados e ser manuseados separadamente dos restantes alimentos, por forma a reduzir o risco de contaminação.

3) Processo de infração:

3.1) Tem processo de infração relativamente à não comunicação à autoridade competente da existência de género alimentício de origem animal ou alimentos para animais que não estejam em conformidade com os requisitos de segurança alimentar.

3.2) Tem processo de infração por exceder os limites máximos de resíduos de medicamentos veterinários nos géneros alimentícios de origem animal no Plano Nacional de Pesquisa de Resíduos.

Notas:

⁽¹⁾ O registo deverá conter a seguinte informação:

- 1 - Identificação do cliente;
- 2 - Produto/Descrição;
- 3 - Data de transação;
- 4 - Quantidade de produto.

⁽²⁾ Qualquer produto vegetal primário ou transformado produzido na exploração e que foi transacionado (exemplo: sementes de cereais, produtos hortícolas ou frutícolas, milho silagem, vinho, compotas, etc.)

⁽³⁾ Cópia da notificação, anexo II do Decreto-Lei n.º 160/2005 de 21 de setembro, entregue na organização de agricultores ou na Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

⁽⁴⁾ O registo deverá conter a seguinte informação:

- 1 - Identificação do produto fitofarmacêutico (nome comercial do produto);
- 2 - Identificação da APV ou AV (n.º de autorização de venda que consta no rótulo);
- 3 - Identificação da cultura onde o produto foi aplicado;
- 4 - Identificação da praga / doença;
- 5 - Concentração / dose aplicada;
- 6 - Data(s) de aplicação.

Área n.º 2 - Requisitos relativos à produção animal

1) Registos:

1.1) Existência de registo⁽¹⁾ atualizado de tipo documental, manual ou informático, que permita a identificação do fornecedor⁽²⁾ ou cliente a quem compram e/ou a quem forneçam determinado produto⁽³⁾.

1.2) Existência de registo de medicamentos e medicamentos veterinários atualizado⁽⁴⁾, no ano a que diz respeito.

1.3) Existência de registo de medicamentos e medicamentos veterinários dos últimos 5 anos.

2) Armazenamento:

2.1) Os resíduos, as substâncias perigosas, os produtos químicos e produtos proibidos para consumo animal devem

Notas

⁽¹⁾ O registo deverá conter a seguinte informação:

- 1 - Identificação do fornecedor e/ou do cliente
- 2 - Produto / descrição
- 3 - Data de transação
- 4 - Quantidade de produto

⁽²⁾ No caso dos fornecedores de alimentos para animais, incluindo os fornecedores de alimentos medicamentosos para animais, esses devem estar devidamente registados e/ou aprovados na autoridade competente nacional (DGAV).

⁽³⁾ Qualquer alimento ou ingrediente destinado a ser incorporado num alimento para animais produtores de géneros alimentícios, bem como produtos primários de origem animal nomeadamente ovos, leite cru e mel. Excluem-se os medicamentos veterinários.

⁽⁴⁾ De acordo com o artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 148/2008, de 29 de julho, e Despacho n.º 3277/2009, de 26 de janeiro.

Área n.º 2.1 - Requisitos específicos relativos às explorações produtoras de leite
Para além dos indicadores definidos na área n.º 2 do Ato n.º 12, aplicam-se:

1) Higiene:

1.1) Os animais produtores de leite, encontram-se em bom estado geral de saúde.

1.2) Os equipamentos e as instalações de ordenha têm uma separação adequada de eventuais fontes de contaminação.

1.3) Os locais de armazenamento do leite estão separados dos locais de

estabulação e protegidos de pragas, devendo ser cumpridas as normas relativas à refrigeração do leite.

- 1.4) A ordenha é efetuada de forma higiénica respeitando as boas práticas.
- 2) Movimentação dos animais durante o período de sequestro:
 - 2.1) A exploração não indemne de brucelose e/ou não oficialmente indemne de tuberculose, cumpre as regras de sequestro sanitário.

Área n.º 2.2 - Requisitos específicos relativos às explorações produtoras de ovos.
Para além dos indicadores definidos na área n.º 2 do ato n.º 12, aplicam-se:

- 1) Higiene:
 - 1.1) Nas instalações do produtor, os ovos devem ser mantidos limpos, secos, isentos de odores estranhos, eficazmente protegidos dos choques e ao abrigo da exposição direta ao sol.

C - Domínio Bem-estar dos Animais

Ato n.º 13 Diretiva 98/58/CEE, de 20 de julho, relativa à proteção dos animais nas explorações pecuárias (Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril)

- 1) Recursos humanos:
 - 1.1) Os animais são tratados por pessoal em número suficiente com conhecimentos e capacidade profissional para o efeito.
- 2) Inspeção:
 - 2.1) Os animais, cujo bem-estar dependa de cuidados humanos frequentes, são inspecionados pelo menos uma vez por dia;
 - 2.2) Os animais doentes ou lesionados são, caso necessário, isolados em instalações adequadas e tratados adequadamente.
- 3) Registos:
 - 3.1) Existe registo de mortalidade onde conste, a espécie, o número de animais e a data da morte ⁽¹⁾;
 - 3.2) Existência de registo de mortalidade dos últimos 3 anos.
- 4) Instalações e alojamentos:
 - 4.1) Os materiais e equipamentos com que os animais possam estar em contacto não lhes devem causar danos e devem poder ser limpos e desinfetados;

- 4.2) Parâmetros ambientais, nas instalações fechadas, encontram-se dentro dos limites não prejudiciais para os animais (temperatura, circulação de ar, humidade relativa, concentração de gases);
- 4.3) A luminosidade nas instalações fechadas deve respeitar o fotoperíodo natural;
- 4.4) Os animais criados ao ar livre, se necessário, dispõem de proteção contra as intempéries, os predadores e os riscos sanitários.

5) Equipamento automático ou mecânico:

- 5.1) Caso a saúde e bem-estar dos animais, em instalações fechadas, dependam de um sistema de ventilação artificial, deve existir um sistema de recurso adequado que garanta uma renovação do ar suficiente bem, como um sistema de alarme que advirta de qualquer avaria.

6) Alimentação, água e outras substâncias:

- 6.1) Os animais são alimentados de acordo com a espécie, a idade e necessidades fisiológicas;
- 6.2) A água é suficiente e de qualidade adequada às necessidades dos animais.

7) Mutilações:

- 7.1) São cumpridas as disposições nacionais sobre a matéria.

Notas

⁽¹⁾ Podem ser utilizados os registos já existentes para outros efeitos.

Ato n.º 14 Diretiva 2008/119/CE, de 18 de dezembro, relativa às normas mínimas de proteção de vitelos (Decreto-Lei n.º 48/2001, de 10 de fevereiro)

Para além dos indicadores definidos no ato n.º 13, aplicam-se:

1) Instalações e alojamentos:

- 1.1) São cumpridas as normas definidas na legislação em vigor relativamente à instalação elétrica, aos pavimentos e às áreas de repouso;
- 1.2) São cumpridas as normas definidas na legislação em vigor relativamente aos compartimentos individuais (compartimentos e espaço livre);
- 1.3) É cumprida a norma em vigor relativamente aos vitelos açaimados.

2) Alimentação:

- 2.1) São cumpridas as normas definidas quanto à administração de matérias fibrosas.

Ato n.º 15 Diretiva 2008/120/CE, de 18 de dezembro, relativa às normas mínimas de proteção de suínos (Decreto-Lei n.º 135/2003, de 28 de junho)

Para além dos indicadores definidos no ato n.º 13, aplicam-se:

1) Instalações, alojamentos e equipamentos:

- 1.1) São cumpridas as medidas específicas das celas/parques dos suínos criados em grupo;
- 1.2) São cumpridas as normas definidas na legislação em vigor relativamente à instalação elétrica, aos pavimentos e às áreas de repouso;
- 1.3) São cumpridas as normas definidas na legislação em vigor relativamente às disposições específicas para várias categorias de suínos;
- 1.4) São cumpridas as normas em vigor relativamente à utilização de amarras.

2) Problemas comportamentais:

- 2.1) São cumpridas as normas definidas na legislação em vigor sobre a satisfação das necessidades comportamentais dos suínos.

II - Outros requisitos que se aplicam apenas aos beneficiários de pagamentos previstos na subalínea iv) da alínea a) do artigo 36.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro.

Ato n.º 16 - Requisitos das zonas classificadas como de proteção às captações de águas subterrâneas para abastecimento público (Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro)

1) Zonas de proteção das captações de águas subterrâneas para abastecimento público:

- 1.1) São cumpridas as restrições definidas na legislação em vigor relativamente às zonas de proteção das captações de águas subterrâneas para abastecimento público.

ANEXO II

(a que se refere o artigo 1.º)

Boas condições Agrícolas e Ambientais aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2013

Sem prejuízo do disposto na legislação comunitária, nacional e regional relativamente ao ambiente, os beneficiários de ajudas e apoios no âmbito dos pagamentos diretos, de pagamentos previstos nas subalíneas i) a v) da alínea a) e nas subalíneas i), iv) e v) da alínea b) do artigo

36.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do conselho, de 20 de Setembro, e de pagamentos efetuados a título dos programas de apoio para a reestruturação e reconversão da vinha e do prémio ao arranque da vinha, de acordo com os artigos 11.º e 98.º do Regulamento (CE) n.º 479/2008, de 29 de abril, devem cumprir as seguintes normas:

1. “Cobertura da parcela” - sem prejuízo do disposto nas normas “Ocupação cultural das parcelas com IQFP 4” e “Ocupação cultural das parcelas com IQFP 5”, no período entre 15 de novembro e 1 de março seguinte, as parcelas devem apresentar:
 - a) Na superfície agrícola, com exceção das superfícies com culturas permanentes, uma vegetação de cobertura, instalada ou espontânea, ou em alternativa restolhos de culturas temporárias;
 - b) Na superfície com culturas sob coberto de espaço florestal arborizado uma vegetação de cobertura, instalada ou espontânea, ou em alternativa restolhos de culturas temporárias;
 - c) Nas superfícies com culturas permanentes das parcelas com IQFP igual ou superior a 3, na zona da entrelinha, uma vegetação de cobertura instalada ou espontânea, ou em alternativa restolhos de culturas temporárias.
2. Não estão abrangidas pelo disposto na norma “Cobertura da parcela”:
 - a) As parcelas com IQFP igual ou inferior a 2 com culturas permanentes;
 - b) As superfícies com culturas protegidas;
 - c) As parcelas quando sujeitas a trabalhos de preparação do solo para instalação de culturas.
3. “Ocupação cultural das parcelas com IQFP 4” - - nas parcelas com IQFP 4, exceto em parcelas armadas em socalcos ou terraços e nas áreas integradas em várzeas, não é permitida a instalação de culturas temporárias, sendo a instalação de novas culturas permanentes ou pastagens permanentes apenas permitida nas situações em que a Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR) as considere tecnicamente adequadas.
4. “Ocupação cultural das parcelas com IQFP 5”, - - nas parcelas com IQFP 5, exceto em parcelas armadas em socalcos ou terraços e nas áreas integradas em várzeas, não é permitida a instalação de culturas temporárias nem a instalação de novas pastagens permanentes, sendo apenas permitida a melhoria das pastagens permanentes naturais sem mobilização do solo, e a instalação de novas culturas permanentes apenas nas situações em que a DRADR as considere tecnicamente adequadas.
5. “Rotação de culturas” - as parcelas com culturas temporárias de primavera/verão, devem apresentar entre 15 de novembro e 1 de março uma cultura de outono/inverno ou, em alternativa, uma vegetação de cobertura espontânea, sendo as culturas permitidas as culturas arvenses, as culturas forrageiras temporárias e as culturas hortícolas ao ar livre.

6. Não estão abrangidas pelo disposto na norma “Rotação de culturas” as parcelas quando sujeitas a trabalhos de preparação do solo para instalação de culturas de primavera/verão.
 7. “Parcelas armadas em socalcos ou terraços” - as parcelas armadas com socalcos ou terraços, caso não tenham muro de suporte, deverão apresentar vegetação de cobertura no talude no período de 15 de novembro a 1 de março, podendo o controlo desta vegetação de cobertura ser realizado sem reviramento do solo fora deste período.
 8. “Controlo da vegetação lenhosa espontânea” - a superfície agrícola e a superfície com culturas sob coberto de espaço arborizado não podem apresentar uma área superior a 25% ocupada com formações lenhosas espontâneas dominadas por arbustos de altura superior a 50 cm e o controlo destas formações lenhosas espontâneas deve obedecer às seguintes regras:
 - a) Os resíduos lenhosos resultantes das operações de controlo neste âmbito devem ser incorporados no solo ou retirados das parcelas para locais onde a sua acumulação minimize perigo de incêndio ou queimados na parcela desde que cumpra o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 18/98/M;
 - b) Nas parcelas com IQFP igual ou superior a 4, o controlo da vegetação só pode ser realizado sem reviramento do solo, exceto em parcelas armadas em socalcos ou terraços e nas áreas integradas em várzeas;
 - c) O disposto na alínea a) não é aplicável às parcelas com culturas forrageiras ou com pastagem permanente, quando a limpeza seja feita com recurso a meios mecânicos sem mobilização do solo.
9. Não estão abrangidas pelo disposto na norma “Controlo da vegetação lenhosa espontânea”:
 - a) As parcelas com culturas forrageiras e com pastagem permanente em superfície agrícola, em culturas sob coberto de espaço arborizado, integradas em exploração agrícola com um encabeçamento pecuário igual ou superior a 0,10 CN/ha, de acordo com a seguinte tabela de conversão:

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas.....	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas.....	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas.....	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas.....	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas.....	€38,56 cada	€231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€27,66	€13,75;
Duas Séries.....	€52,38	€26,28;
Três Séries.....	€63,78	€31,95;
Completa.....	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: €4,26 (IVA incluído)